

DIREITO DO TRABALHO II
4º ANO - TURMA DA NOITE

Coordenação e regência da disciplina: Prof^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho

Colaboradores: Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito; Prof.^a Doutora Isabel Vieira Borges

PROGRAMA ABREVIADO

PARTE II - SITUAÇÕES LABORAIS INDIVIDUAIS
(CONTINUAÇÃO)¹

§ 21º - Outros contratos de trabalho sujeitos a regime especial

- 75. Contrato de teletrabalho
- 76. Contrato de trabalho em regime de comissão de serviço
- 77. Contrato de trabalho a tempo parcial
- 78. Contrato de trabalho em funções públicas
- 79. Outras situações
 - 79.1. Contrato de serviço doméstico
 - 79.2. Contrato de trabalho na agricultura
 - 79.3. Contrato de trabalho de profissionais de espectáculo
 - 79.4. Contratos de trabalho a bordo
 - 79.5. Contrato de trabalho portuário
 - 79.6. Contrato de trabalho do praticante desportivo

§ 22º - Outros regimes laborais especiais

- 80. Contrato de trabalho com menores

¹ A disciplina de Direito do Trabalho II vem na sequência da disciplina de Direito do Trabalho I, pelo que o respectivo Programa mantém a mesma ordem sequencial.

- 81. Contrato de trabalho com trabalhadores deficientes, com doença crónica ou com capacidade de trabalho reduzida
- 82. Contrato de trabalho com estrangeiros
- 83. Contrato de trabalho com estudantes

Secção II - A situação jurídica do trabalhador decorrente do contrato de trabalho

- 84. Sequência

§ 23º - A actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador

- 85. A actividade laboral e os deveres acessórios de trabalhador
 - 85.1. A prestação de trabalho como dever principal do trabalhador: actividade ou disponibilidade
 - 85.2. O direito do trabalhador à ocupação efectiva
 - 85.3. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres integrantes e deveres autónomos da prestação principal
 - 85.4. Alguns deveres acessórios do trabalhador em especial: os deveres de lealdade, de obediência e de zelo
 - 85.5. Os deveres do trabalhador no contexto organizacional; em especial, a dimensão organizacional do dever de colaboração do trabalhador
 - 85.6. A actividade laboral e os direitos de personalidade do trabalhador
- 86. A delimitação da actividade laboral
 - 86.1. O âmbito do conceito de actividade contratada e a atribuição da função pelo empregador
 - 86.2. O regime de prestação das funções afins ou funcionalmente ligadas à actividade contratada
- 87. A variação da actividade laboral: a mobilidade funcional
 - 87.1. O sentido do princípio da invariabilidade da prestação
 - 87.2. O regime do *jus variandi*

§ 25º - O local de trabalho

- 90. Determinação e relevância do local de trabalho; o princípio da inamovibilidade
- 91. A mobilidade geográfica do trabalhador
 - 91.1. Mudança transitória e a mudança definitiva do local de trabalho
 - 91.2. Mudança do estabelecimento

§ 26º - Tempo de trabalho e tempos de não trabalho

- 92. Princípios gerais em matéria de tempo de trabalho
 - 92.1. Tempo de trabalho e direito ao repouso: descanso diário, semanal e anual
 - 92.2. A conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar
 - 92.3. A conciliação entre o trabalho, a maternidade e a paternidade

- 92.4. A maleabilidade do tempo de trabalho como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
- 93. Organização do tempo de trabalho
 - 93.1. Período normal de trabalho diário, horário de trabalho e período de funcionamento; tempo de trabalho efectivo e duração média do trabalho
 - 93.2. Horário de trabalho, intervalos de descanso e isenção de horário
 - 93.3. Trabalho suplementar
 - 93.4. Trabalho por turnos
 - 93.5. Trabalho nocturno
 - 93.6. Outras situações: trabalho a tempo parcial (remissão); jornada contínua; reduções do tempo de trabalho
- 94. Descanso semanal e feriados
 - 94.1. Período normal de trabalho semanal e dias de descanso
 - 94.2 Feriados
- 95. Férias
 - 95.1. Enquadramento constitucional do direito a férias
 - 95.2. Regime jurídico das férias
- 96. Faltas
 - 96.1. Delimitação e classificações
 - 96.2. Faltas justificadas: enunciado e regime
 - 96.3. Faltas injustificadas: enunciado e regime

Secção III - A situação jurídica do empregador decorrente do contrato de trabalho

- 97. Sequência

§ 27º - A remuneração e os deveres acessórios do empregador

- 98. Dever remuneratório e deveres acessórios do empregador
 - 98.1. O dever retributivo como dever principal do empregador e os deveres acessórios do empregador
 - 98.2. Classificação dos deveres acessórios do empregador: deveres patrimoniais e deveres não patrimoniais
 - 98.3. Os deveres de promoção da formação profissional e de garantia da segurança, higiene e saúde no local de trabalho, em especial
- 99. Delimitação dos conceitos de retribuição e remuneração: retribuição, complementos salariais e outras prestações remuneratórias
- 100. Princípios gerais e tutela do trabalhador em matéria remuneratória
 - 100.1. O princípio da suficiência salarial: o salário mínimo
 - 100.2. O princípio da igualdade remuneratória
 - 100.3. O princípio da irredutibilidade da retribuição
 - 100.4. A relativa intangibilidade da retribuição
- 101. Cumprimento do dever retributivo
 - 101.1. Tempo, local e modo de cumprimento do dever retributivo
 - 101.2. Outros aspectos relativos ao cumprimento do dever retributivo
- 102. O incumprimento do dever retributivo
 - 102.1. A mora no pagamento da retribuição

102.2. O incumprimento do dever de pagamento da retribuição e a tutela dos créditos remuneratórios dos trabalhadores

§ 28º - O poder directivo

103. O poder directivo no elenco dos poderes laborais do empregador: poder directivo e poder disciplinar; poder organizativo; poder de vigilância ou controlo e poder regulamentar

103.1. Aspectos gerais

103.2. O poder organizativo e o poder de vigilância ou controlo;

103.3. O poder regulamentar

103.4. Conclusão: o poder directivo e o poder disciplinar como poderes laborais do empregador

104. Delimitação e características do poder directivo

105. Natureza e fundamento do poder directivo

§ 29º - O poder disciplinar laboral

106. O poder disciplinar no elenco dos poderes laborais

106.1. Conteúdo do poder disciplinar laboral: a faceta prescritiva e a faceta sancionatória

106.2. As funções do poder disciplinar laboral no contrato de trabalho

107. Titularidade e exercício do poder disciplinar laboral

108. As infracções disciplinares

109. As sanções disciplinares

110. O procedimento disciplinar

110.1. Princípios gerais

110.2. Marcha do processo

111. Natureza e características do poder disciplinar laboral

112. Fundamento do poder disciplinar

112.1. O posicionamento do problema e os valores em jogo

112.2. A fundamentação tradicional: teorias contratualistas, teorias institucionalistas e reconstrução obrigacional

112.3. Reposicionamento do problema e posição adoptada

III

VICISSITUDES DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS

Secção I - Modificação e suspensão do contrato de trabalho

§ 30º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos de gestão

113. Transmissão do estabelecimento e transmissão da empresa

- 114. Cedência ocasional de trabalhadores no âmbito de situações empresariais de grupo
- 115. Mobilidade geográfica e funcional do trabalhador (remissão)
- 116. Suspensão do contrato de trabalho e redução do tempo de trabalho por motivo de crise da empresa
 - 116.1. Efeitos gerais da suspensão
 - 116.2. Regime jurídico
- 117. Suspensão da prestação de trabalho por motivos técnicos

§ 31º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador

- 118. Modificações do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador
- 119. Suspensão do contrato por motivos atinentes ao trabalhador
 - 119.1. Efeitos gerais da suspensão
 - 119.2. Licenças
 - 119.3. Pré-reforma

§ 32º - Acidentes de trabalho e doenças profissionais

- 120. Evolução histórica da tutela acidentária dos trabalhadores subordinados
- 121. Regime jurídico dos acidentes de trabalho
 - 121.1. Delimitação do acidente de trabalho
 - 121.2. Responsabilidade por acidente de trabalho
 - 121.3. Ocupação e reabilitação do trabalhador
- 122. Doenças profissionais

Secção II - Cessação do contrato de trabalho

§ 33º - Enquadramento geral

- 123. Problemática geral e evolução normativa da matéria da cessação do contrato de trabalho
- 124. Tutela constitucional em matéria de cessação do contrato de trabalho: o princípio da segurança no emprego
- 125. Formas de cessação do contrato de trabalho

§ 34º - Cessação do contrato de trabalho por caducidade, por acordo revogatório e no decurso do período experimental

- 126. Cessação do contrato de trabalho por caducidade
- 127. Cessação do contrato de trabalho por acordo revogatório
- 128. Cessação do contrato de trabalho no decurso do período experimental

§ 35º - Despedimento por facto imputável ao trabalhador

- 129. O fundamento do despedimento por facto imputável ao trabalhador
 - 129.1. As situações de justa causa
 - 129.2. Os requisitos gerais da justa causa
- 130. O procedimento disciplinar para despedimento por facto imputável ao trabalhador
 - 130.1. Os princípios gerais do processo disciplinar para despedimento
 - 130.2. A marcha do processo
 - 130.3. A decisão de despedimento e a sua fundamentação
- 131. Ilicitude do despedimento: a suspensão e a impugnação do despedimento por motivo imputável ao trabalhador
 - 131.1. Suspensão e impugnação
 - 131.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador
 - 131.3. Protecção especial de algumas categorias de trabalhadores

§ 36º - Despedimento colectivo

- 132. Fundamento do despedimento colectivo
- 133. Procedimento para o despedimento colectivo
- 134. Ilicitude do despedimento colectivo e seus efeitos
 - 134.1. Impugnação
 - 134.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador

§ 37º - Despedimento por extinção do posto de trabalho

- 135. Fundamento e requisitos
- 136. Procedimento
- 137. Ilicitude do despedimento por extinção do posto de trabalho e seus efeitos

§ 38º - Despedimento por inadaptação

- 138. Fundamento
- 139. Procedimento
- 140. Ilicitude do despedimento por inadaptação e seus efeitos

§ 39º - Cessaçã do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador

- 141. Resolução do contrato com fundamento em justa causa
 - 141.1. Situações de justa causa
 - 141.2. Regime jurídico
- 142. Denúncia do contrato
 - 142.1. Denúncia com aviso prévio
 - 142.2. Abandono do trabalho

§ 40º - Efeitos acessórios da cessaçã do contrato de trabalho

- 143. Deveres gerais emergentes da cessação do contrato de trabalho
- 144. Os pactos de não concorrência e a pós-eficácia dos deveres laborais
- 145. A prescrição dos créditos laborais

PARTE III

SITUAÇÕES JUSLABORAIS COLECTIVAS

I

ENTES LABORAIS COLECTIVOS

§ 41º - Associações sindicais

- 146. Evolução: breve apontamento sobre a história e as perspectivas actuais do sindicalismo
- 147. Enquadramento constitucional das associações sindicais no sistema jurídico português: o princípio da liberdade sindical e as suas manifestações
- 148. Delimitação geral, tipologia e características das associações sindicais
 - 148.1. Delimitação geral e características
 - 148.2. Tipologia
- 149. Constituição, organização e funcionamento das associações sindicais
 - 149.2. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 149.2. Organização e funcionamento
- 150. Direitos das associações sindicais
- 151. Exercício da actividade sindical na empresa
 - 151.1. Acção sindical na empresa
 - 151.2. Direitos e deveres especiais dos delegados sindicais na empresa
- 152. Relações da associação sindical com os associados
 - 152.1. Quotização sindical
 - 152.2. Liberdade sindical individual
- 153. Regimes especiais: liberdade e associativismo sindical dos trabalhadores públicos

§ 42º - Comissões de trabalhadores

- 154. Breve panorama comparado sobre a figura das comissões de trabalhadores
 - 154.1. Apreciação geral
 - 154.2. Algumas tendências: as comissões de trabalhadores e a co-gestão na Alemanha; a negociação colectiva informal com as comissões de trabalhadores em França
- 155. O enquadramento constitucional das comissões de trabalhadores no sistema jurídico português
- 156. Constituição, tipologia e organização das comissões de trabalhadores
 - 156.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 156.2. Tipologia
 - 156.3. Organização e funcionamento
- 157. Direitos das comissões de trabalhadores

- 158. Actuação da comissão de trabalhadores na empresa
 - 158.1. Aspectos gerais
 - 158.2. Direitos e deveres especiais dos membros da comissão de trabalhadores na empresa

§ 43º - Conselhos de empresa europeus e conselhos de trabalhadores

- 159. Delimitação geral
- 160. Regime jurídico

§ 44º - Associações de empregadores

- 161. Delimitação geral, tipologia e características
 - 159.1. Delimitação geral e figuras próximas: associações de empregadores e associações empresariais
 - 159.2. Tipologia e características
- 162. Constituição, organização e funcionamento das associações de empregadores
 - 162.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 162.2. Organização e funcionamento
- 163. Direitos e deveres

§ 45º - Outros grupos laborais

- 164. Os grupos laborais *ad hoc* de trabalhadores no âmbito da empresa
- 165. As coligações *ad hoc* de empregadores para efeitos laborais

II

INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DO TRABALHO

Secção I - Aspectos gerais

§ 46º - Delimitação geral e tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho

- 166. Tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: instrumentos convencionais e administrativos; instrumentos nacionais e comunitários
- 167. A relação entre instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: o primado da autonomia colectiva
- 168. A relação entre os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e os contratos de trabalho

§ 47º - Evolução histórica e tendências actuais da negociação colectiva

- 169. Evolução histórica da negociação colectiva e dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho
- 170. Tendências actuais da negociação colectiva
 - 170.1. A negociação colectiva como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
 - 170.2. Os níveis da negociação colectiva; a negociação colectiva comunitária, a concertação social e a negociação ao nível da empresa
 - 170.3. A negociação colectiva informal

Secção II - Instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho

§ 48º - Convenção colectiva de trabalho

- 171. Delimitação e modalidades (remissão)
- 172. Processo de formação: a negociação colectiva
 - 172.1. Legitimidade para a negociação e celebração de convenções colectivas de trabalho
 - 172.2. Processo de formação: regras gerais e especiais
 - 172.3. Forma e formalidades
 - 172.4. Depósito, publicação e entrada em vigor
- 173. Conteúdo das convenções colectivas de trabalho
 - 173.1. Fixação do conteúdo: a interpretação e a integração das convenções colectivas
 - 173.2. A delimitação do conteúdo: o conteúdo obrigacional e conteúdo normativo; delimitação positiva e negativa do conteúdo; conteúdo obrigatório
- 174. Âmbito pessoal de aplicação das convenções colectivas
 - 174.1. O princípio da filiação e as suas extensões
 - 174.2. A concorrência entre convenções colectivas de trabalho
- 175. Âmbito temporal e sucessão de convenções colectivas
 - 175.1. Âmbito temporal das convenções colectivas: prazos de vigência e sobrevivência da convenção colectiva de trabalho
 - 175.2. Sucessão de convenções colectivas: denúncia e princípio dos direitos adquiridos na sucessão das convenções colectivas
 - 175.3. Conflitos na revisão da convenção colectiva: a arbitragem
- 176. Natureza jurídica da convenção colectiva de trabalho
- 177. Regimes especiais
 - 177.1. A negociação colectiva na função pública
 - 177.2. A negociação e a contratação colectiva dos trabalhadores privados no âmbito da Administração Pública

§ 49º - Outros instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho: acordo de adesão; decisão de arbitragem voluntária

- 178. Acordo de adesão
 - 178.1. Noção e conteúdo
 - 178.2. Processo de formação
 - 178.3. Publicação e entrada em vigor
- 179. Deliberação de arbitragem voluntária
 - 179.1. Princípios gerais e funcionamento da arbitragem laboral
 - 179.2. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

Secção III - Instrumentos administrativos de regulamentação colectiva do trabalho

§ 50º - Portaria de extensão

- 180. Noção e evolução histórica
- 181. Admissibilidade e elaboração
- 182. Publicação e entrada em vigor
- 183. Âmbito de aplicação
- 184. Natureza jurídica

§ 51º - Portaria de condições de trabalho

- 185. Noção
- 186. Admissibilidade e elaboração
- 187. Publicação e entrada em vigor

§ 52º - Deliberação de arbitragem obrigatória e necessária

- 188. Admissibilidade e trâmites
- 189. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

III CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO

Secção I - A composição dos conflitos colectivos de trabalho

- 190. Princípios gerais
- 191. Formas de composição pacífica dos conflitos colectivos
 - 191.1. Conciliação
 - 191.2. Mediação
 - 191.3. Arbitragem (remissão)

Secção II - Greve

§ 53º - Delimitação geral

- 192. Conceito de greve e tipologia dos comportamentos grevistas
 - 192.1. Delimitação geral da greve
 - 192.2. Tipologia dos comportamentos grevistas: greves em sentido próprio e greves impróprias; greves típicas e greves atípicas; greves laborais e greves não laborais; greves sindicais e não sindicais
- 193. Enquadramento jurídico da greve: evolução histórica e panorama comparado
- 194. Enquadramento constitucional do direito à greve no sistema português

§ 54º - Regime jurídico

- 195. Processamento da greve
 - 195.1. Decisão, declaração e pré-aviso de greve
 - 195.2. Duração, termo e prorrogação da greve
 - 195.3 Representação dos trabalhadores durante a greve
 - 195.4. Piquetes de greve
 - 195.5. Princípio da não substituição dos grevistas
- 196. Adesão à greve e efeitos no contrato de trabalho
- 197. Serviços mínimos
 - 197.1. Tipologia
 - 197.2. Definição
 - 197.3. Regime de prestação
- 198. Limites convencionais e gerais do direito de greve
 - 195.1. Princípios gerais
 - 195.2. O dever de paz social
- 199. Ilicitude da greve
- 200. Natureza jurídica do direito de greve
- 201. Situações especiais: a greve dos trabalhadores públicos em geral e em certas categorias especiais

Secção III - Lock-out

- 202. Conceito, modalidades e figuras afins
- 203. Enquadramento constitucional e regime jurídico
 - 203.1. A proibição constitucional do *lock-out* e o princípio da paridade de armas
 - 203.2. Regime jurídico

Elementos bibliográficos obrigatórios

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Tratado de Direito do Trabalho I – Dogmática Geral*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, *Tratado de Direito do Trabalho II - Situações Laborais Individuais*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, e *Tratado de Direito do Trabalho III – Situações Laborais Colectivas*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2015

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Da Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2001

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2003

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Negociação Colectiva Atípica*, Coimbra, Almedina, 2009

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Lei da Greve Anotada*, Lisboa, ed. Lex, 1994

RAMALHO, Maria do Rosário Palma / MADALENO, Cláudia (Org.) – *Código do Trabalho e Legislação Complementar*, 3ª edição, Lisboa, AAFDL, 2014

Elementos bibliográficos de consulta recomendada

AMADO, João Leal - *Contrato de Trabalho*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013

CORDEIRO, António Menezes - *Manual de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 1991

GOMES, Júlio Vieira - *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2007

MARTINEZ, Pedro Romano - *Direito do Trabalho*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2015

MARTINEZ, Pedro Romano / MONTEIRO, Luis Miguel / VASCONCELOS, Joana / BRITO, Pedro Madeira de / DRAY, Guilherme / SILVA, Luís Gonçalves da - *Código do Trabalho Anotado*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2013